

Dívida interna assusta bancos

ESTADO DE SÃO PAULO

20 NOV 1987

20 NOV 1987

Pública

ASSIS MOREIRA
Especial para o Estado

GENEBRA — A mais recente avaliação do comitê de bancos credores sobre a situação econômica do Brasil não apresenta surpresas, mas os números recolhidos há algumas semanas, em Brasília, parecem piores do que o imaginado.

O que mais surpreende os credores é a rapidez com a qual o governo Sarney conseguiu atingir uma segunda dívida de US\$ 110 bilhões. De fato, a dívida pública interna teve uma aceleração, ao passar de US\$ 65 bilhões para US\$ 110 bilhões, com o governo pagando juros ao redor de 20%, estimulando a especulação em detrimento da produção.

Bancos credores dizem não

entender como, nos debates internos no Brasil, poucos levam em consideração o fato de que as duas dívidas, interna e externa, têm valores idênticos. E que, se na externa, os juros pagos são de cerca de 10% (incluídas as taxas), na interna o governo precisa pagar quase o dobro.

O déficit do setor público, como seria de se esperar, também não se comporta como o governo planejava. O que deveria limitar-se a 3,5% do PIB estaria definitivamente atingindo o dobro, talvez mesmo mais de 7% do PIB até o final do ano. Diante desse quadro, como o governo Sarney poderia tornar real sua ambição de fazer uma administração de cinco anos nos 15 meses que lhe restam? Essa "idéia" deflagrada nos corredores do Pa-

lácio do Planalto não é levada a sério na comunidade bancária internacional.

Aliás, o que as autoridades brasileiras dizem não tem a menor confiabilidade, no mercado externo. Mesmo o ministro da Fazenda, que merecia alguma consideração no começo de seu mandato, hoje é considerado como um ministro que não cumpre exatamente o que diz.

Bancos europeus, com assento no comitê de credores, salientam que, por eles, teriam esperado até "cinco anos" para negociar um acordo com um governo "sério". O acordo tampão arrancado à última hora é obra dos norte-americanos. "Os bancos dos EUA nos devem isso, eles estavam com aqueles problemas de legislação e o acordo só saiu

para salvá-los", frisa uma alta fonte financeira.

A anunciada disposição de Sarney de acelerar no final de seu mandato a desburocratização do sistema econômico e a privatização também não merece muita credibilidade junto aos bancos. Por eles, até a universidade seria privatizada no Brasil, restando somente o mínimo, a infra-estrutura, como competência do Estado. Mas esses mesmos credores dizem que o discurso é antigo...

Enfim, os bancos credores dizem ter tido, nos últimos tempos, apenas uma notícia boa do Brasil: que a eleição presidencial será em dois turnos. Nesse caso o dr. Brizola, terror dos bancos, jamais chegaria ao Palácio do Planalto, pelo cálculo dos credores.